

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XII/2.^a SL

Aos 5 dias do mês de junho de 2013, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

10:00 Horas
Ordinária

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição e admissão de petições;
3. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:
 - Proposta de Lei n.º 114/XII/2.^a (GOV) - "Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário";
 - Proposta de Lei n.º 136/XII/2.^a (GOV) - "Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições";
4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:
 - Petição n.º 142/XII/1.^a - "Solicitam a manutenção do Tribunal Judicial de Sabrosa" - Relatora - Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP);
 - Petição n.º 216/XII/2.^a - "Solicita a manutenção do atual Tribunal Judicial da Comarca de Chaves como Tribunal de Comarca" - Relator - Deputado Ricardo Rodrigues (PS);
 - Petição n.º 242/XII/2.^a - "Contra o abate do pitbull "Zico" e de todos os outros "Zicos"!" - Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
5. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:
 - COM (2013) 173 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação e a Formação Policial (Europol) e que revoga as Decisões 2009/371/JAI e 2005/681/JAI [SWD(2013)98 e SWD(2013)99] - Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);
 - COM (2013) 228 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à promoção da livre circulação dos cidadãos e das empresas através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos na União Europeia e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 [SWD(2013)144; SWD(2013)145] - Relatora - Deputada Ana Catarina Mendes (PS);
 - JOIN(2013)1 - Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégia da União Europeia para a cibersegurança: Um ciberespaço aberto, seguro e protegido - Relator - Deputado João Oliveira (PCP);
 - COM (2013) 160 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões - Painel da Justiça da UE - Um instrumento para promover uma justiça efetiva e o crescimento económico - Relator - Deputado João Lobo (PSD);
6. Apreciação e fixação da metodologia de discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 278/XII/1.^a (PS) - "Consagra a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e procede à 23.^a alteração ao Código do Registo Civil";
7. Fixação da redação final do texto que "Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 260/2012, de 12 de dezembro, que aprovou o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia, reforçando os requisitos da sua detenção e os regimes penal e contraordenacional" [PPL n.º 135/XII/2.^a (GOV)], nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República;
8. Apreciação e votação das atas n.ºs 51 a 59 (correspondentes às reuniões da Comissão de 7 a 31 de maio de 2013);

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XII/2.^a SL

9. Outros assuntos.

10.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, foi apreciada a nota de admissibilidade da [Petição n.º 264/XII](#), da iniciativa de Aires Manuel Moniz Ferreira, que *Solicita a revogação da Lei n.º 64/78, de 6 outubro – “Organizações fascistas”*. Atento o disposto no artigo 12.º do Regime Jurídico de Exercício do Direito de Petição -RJEDP -, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de Março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho e da Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto), a petição foi liminarmente indeferida, por unanimidade, nas ausências do BE e do PEV por visar a reapreciação, pela mesma entidade, de casos já anteriormente apreciados na sequência do exercício do direito de petição. Foi ainda deliberado dar conhecimento ao peticionante do relatório final referente às petições n.ºs 247/XII/2.^a e 258/XII/2.^a, atenta a coincidência dos respetivos objetos.

Em seguida, foi adiada a discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 114/XII/2.^a](#) (GOV), que *"Aprova a Lei de Organização do Sistema Judiciário"*, a pedido do Grupo Parlamentar do PCP, e da [Proposta de Lei n.º 136/XII/2.^a](#) (GOV) - *"Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, que aprova o novo regime jurídico das armas e suas munições"*, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) apresentou o seu relatório final sobre a [Petição n.º 142/XII](#), da iniciativa da Câmara Municipal de Sabrosa e outros, que *"Solicitam a manutenção do Tribunal Judicial de Sabrosa"*. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, nas ausências do BE e do PEV.

Em seguida, o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) apresentou o seu relatório final sobre a [Petição n.º 216/XII](#), da iniciativa de António Cândido Monteiro Cabeleira e outros, que *"Solicitam a manutenção do atual Tribunal Judicial da Comarca de Chaves como Tribunal de Comarca"*. Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, nas ausências do BE e do PEV.

Por fim, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) apresentou o seu relatório final sobre a [Petição n.º 242/XII](#), da iniciativa de Isabela Soraia Oliveira da Silva, *Contra o*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XII/2.^a SL

abate do pitbull "Zico" e de todos os outros "Zicos"!, que, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, nas ausências do BE e do PEV.

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD) apresentou o seu relatório sobre a [COM \(2013\) 173](#) - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação e a Formação Policial (Europol) e que revoga as Decisões 2009/371/JAI e 2005/681/JAI [SWD(2013)98 e SWD(2013)99*, que foi aprovado com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP, tendo o Senhor Deputado João Oliveira (CDS/PP) saudado a relatora mas declarado que votara contra por causa da distinta apreciação que fazia acerca do princípio da subsidiariedade.

A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) apresentou também o seu relatório sobre a iniciativa [COM \(2013\) 228](#) - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à promoção da livre circulação dos cidadãos e das empresas através da simplificação da aceitação de certos documentos públicos na União Europeia e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 [SWD(2013)144; SWD(2013)145]*, que foi aprovado com votos a favor do PSD, PS e CDS/PP e contra do PCP, tendo o Senhor Deputado João Oliveira (CDS/PP) saudado a relatora e reiterado que votara contra por causa da distinta apreciação que fazia acerca do princípio da subsidiariedade.

Adiada para a reunião seguinte a apreciação do relatório sobre a iniciativa JOIN(2013)1 - *Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégia da União Europeia para a cibersegurança: Um ciberespaço aberto, seguro e protegido* – Relator, a pedido do Relator, Senhor Deputado João Oliveira (PCP), passou-se à apreciação do relatório do Senhor Deputado João Lobo (PSD) acerca da iniciativa [COM \(2013\) 160](#) - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões - Painel da Justiça da UE - Um instrumento para promover uma justiça efetiva e o crescimento económico*.

No sexto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação e fixação da metodologia de discussão e votação na especialidade do [Projeto de Lei n.º 278/XII/1.^a](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XII/2.^a SL

(PS), que "*Consagra a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e procede à 23.^a alteração ao Código do Registo Civil*".

A Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD) propôs a realização de um conjunto de audições de especialistas de saúde mental e técnicos de crianças institucionalizadas, a elencar em lista conjunta, para reflexão na Assembleia da República e consciencialização da opinião pública sobre a matéria. Explicou que, para além do Projeto de Lei n.º 278/XII, as audições poderiam incidir também sobre o estado actual do procedimento de adopção em Portugal e as garantias conferidas às crianças.

A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) disse não estar em desacordo com a proposta, considerando que o debate deverá ser científico, nas várias áreas em questão, designadamente da saúde mental, psicologia, social, académica, e dos vários especialistas que lidam com crianças. Explicou nada ter contra a criação de um grupo de trabalho que, no prazo máximo de um mês, pudesse realizar as audições, retirando peso à agenda da Comissão. Considerou impossível concretizar a audição do conjunto total de psicólogos e de psiquiatras com conhecimento e experiência na matéria, parecendo preferível promover as audições institucionais, designadamente das Ordens dos Psicólogos, do Colégio de Psiquiatras, da CNPCJR, do IAC – uma representação institucional. Propôs a estabilização de um conjunto razoável de audições, com dias fixados, sem comprometer a seriedade do processo legislativo.

A Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) considerou a matéria da maior importância e manifestou o seu acordo à criação do grupo de trabalho, cabendo a cada Grupo Parlamentar a proposta de um conjunto de audições para lá das audições institucionais na Comissão.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) também deu o seu acordo à criação deste grupo, tendo recordado que cumpria colher contributos escritos, em audição ou em audiência mas sem comprometer a celeridade do processo, evitando a transição para uma próxima sessão legislativa.

Foi assim deliberado por unanimidade constituir um grupo de trabalho para o efeito da realização das audições, com o prazo indicativo de um mês para conclusão dos seus trabalhos, sem realização da discussão e votação na especialidade, cuja metodologia será depois debatida na Comissão, sendo certo que poderá ocorrer na Comissão de forma nominal, nos termos do n.º 4 do artigo 107.º do Regimento ou ser avocada para Plenário, nos termos do n.º 2 do artigo 151.º do mesmo Regimento.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 61/XII/2.^a SL

O Grupo Parlamentar do PS indicou como seus representantes neste grupo os Senhores Deputados Pedro Delgado Alves e Isabel Alves Moreira, o Grupo Parlamentar do PCP o Senhor Deputado João Oliveira e os demais comprometeram-se a fazer a respectiva indicação até ao fim da semana, com acordo posterior quanto à coordenação do grupo.

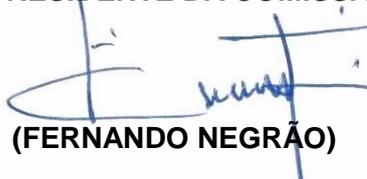
Foi ainda fixada a redação final do texto que *“Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 260/2012, de 12 de dezembro, que aprovou o regime jurídico da criação, reprodução e detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos, enquanto animais de companhia, reforçando os requisitos da sua detenção e os regimes penal e contraordenacional”* [[Proposta de Lei n.º 135/XII/2.^a](#) (GOV)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, com aceitação, por unanimidade dos presentes, das sugestões de redação constantes da Informação n.º 116/DAPLEN/2013, com exceção da última, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Por fim, foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV, as atas n.ºs 51 a 59, correspondentes às reuniões da Comissão de 7 a 31 de maio de 2013.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de junho de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 03-07-2013

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 61/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Filipe

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório
Francisca Almeida
José Luís Ferreira